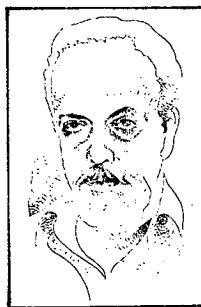


Os soldados desta guerra

LUIZ CARLOS LISBOA



Na guerra finalmente deflagrada no Brasil, depois de anos de escaramuças e conspirações, entre os partidários do Estado cartorial, hipertrofiado e xenófobo, e os defensores da economia de mercado e da livre empresa, ainda não se pode identificar com certeza quem é quem nas trincheiras, como no primeiro momento de um grande conflito. É fácil imaginar que aqueles que espalharam, de dentro do governo, notícias de um novo congelamento de preços, e em seguida difundiram que os ministros da Fazenda e do Planejamento estariam demissionários, então jogando contra a nova política econômica que começa a colher os primeiros frutos. E o pânico diante do possível sucesso do adversário, e o desmentido das próprias teses.

Ainda não está definida a posição do já afastado ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Camarinha, que há dois dias deu entrevista (competentemente divulgada pela agência de notícias oficial) contra a suspensão do pagamento da URP para militares e civis, contra o Legislativo e contra o Judiciário. O estilo lembrou muito o do ex-presidente Figueiredo, mas o papel dessas declarações no momento em que foram feitas é ainda desconhecido, e somente o tempo vai dizer o que elas desejavam produzir. Não há exagero em assinalar que, na metade da semana que ora termina, alguns bons sinais de recuperação econômica acalentaram o coração do País. A inflação parecia afrouxar seu ímpeto para o alto, os supermercados estavam competindo na remarcação dos preços para baixo, a futura implementação da política industrial começava a ser discutida — quando um vento de boataria soprou da assessoria do pre-

sidente Sarney sobre a Nação, falando em choque e congelamento de preços.

Os desmentidos dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu foram acompanhados de especulações, misteriosamente sopradas de porões palacianos, sobre sua saída do governo. A guerrilha de boatos deu logo frutos aos guerrilheiros: as hipóteses do congelamento e de saída hipotética do ministro da Fazenda devem ter esfriado a aproximação com o capital estrangeiro, que se fez tão titubeante, e culposa nos últimos tempos, mas sempre encorajada pelo que parecia uma volta à normalidade, depois do fracasso no moinho de vento da moratória.

Não é fácil crer que essas coisas aconteceram accidentalmente, sendo mais racional acreditar que a guerra está mesmo aí, como de resto está no mundo, opondo Gorbachev e os burocratas, Mitterrand e os socialistas tradicionais, o governo de Felipe González e a esquerda reacionária espanhola. Onde o mercado floresce e as oportunidades se multiplicam, começam a minguar os defensores do Estado robusto e exclusivista, e a natureza preenche todos os vazios.

O governo do presidente Sarney não é apenas o presidente, como se sabe. Fosse assim, as metas que vêm sendo viabilizadas — o controle dos gastos públicos, a prática de juros realistas, a recuperação das relações do País com a comunidade financeira internacional, a nova política industrial — não teriam passado do papel, uma vez que a formação do atual primeiro mandatário brasileiro é fortemente “política”, no sentido que a palavra ganhou entre nós.

Quando se afirma que a idéia de um novo congelamento dos gêneros de primeira necessidade partiu do presidente, não é porque isso seja a estrita verdade, mas porque é fácil fazer crer que ele seja capaz de se esforçar muito para ficar bem com o PMDB que já emigrou para uma legenda mais radical, bem como estará interessado em ter apoio popular garantido para as eleições munici-

pais de novembro próximo. Se vamos dar ao presidente Sarney esse crédito de não supor que ele seja capaz de retornar à experiência infantil do congelamento de preços, temos por outro lado de admitir que a maioria expressiva dos brasileiros e brasileiras que ele governa consideram possível essa iniciativa de sua parte, por motivos políticos.

Nada atrapalha tanto os projetos da Nova República como os seus antecedentes. O Plano Cruzado foi arquitetado por inimigos jurados da liberdade e da democracia econômicas, e disso ninguém duvida há muito tempo. A moratória das dívidas internacionais do País passou aos olhos do mundo como reles desonestade, e ainda agora é difícil lavar a impressão que deixou. Todas as ondas da incompetência e do radicalismo disfarçado foram infelizmente encampadas pelo primeiro governo de políticos que o Brasil conheceu, depois de 20 anos de governo militares que nada diferiram de anteriores e posteriores em matéria de estatização e paternalismo.

Portanto, a luta pela recuperação econômica do País é duríssima, delicada, longa. A imaturidade não pode ser cobrida por lei, de modo que temos de suportar com resignação e paciência as manifestações adolescentes que possam colocar em risco os primeiros resultados de um trabalho difícil. A fase em que estamos é ingrata, na medida em que tudo pode ser derrubado com uma entrevista ingênua, populista ou apenas imprópria.

Nestes tempos, há motivo de queixa de tudo, mas é de se esperar que, antes do crescimento econômico que vai beneficiar a todos, tenha havido nos homens públicos (pelo menos neles, que se julgam credenciados a ocupar os cargos que ocupam) algum crescimento interior. Sem isso, o futuro nasce morto, como os planos salvacionistas que já fizeram este País esperar mais do que ele merece, e do que nós conseguimos suportar.